



10ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP

14 e 15 de abril de 2011

Local: João Pessoa, PB.

14 de abril - MANHÃ

ABERTURA DOS TRABALHOS

Às 09:25 h, do dia 14 do mês de maio do ano 2.011, no Hotel Nobile, na cidade de João Pessoa-PB, reuniu-se o Conselho Nacional de Segurança Pública. Estiveram Presentes: Sob a Presidência do Cel. Agnaldo Augusto da Cruz, presidente em exercício, a 10ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP), o **Presidente em exercício** agradece ao Secretário de Estado de Segurança Cláudio Lima, pela receptividade e apoio e ao Comandante Geral da Polícia Militar Coronel Euller, aos Conselheiros Almir Laureano, Agadeilton Menezes que além das atividades de conselheiro estão desenvolvendo apoio técnico administrativo. **Secretário Cláudio Lima** como anfitrião do evento. Bom dia a todos e todas. Prazer recebê-los. Considera aberta a sessão, com a presença de todos os conselheiros, honra receber o CONASP no momento em que o país e a Paraíba passam por momentos difíceis. Cumprimenta o Secretário Substituto Agnaldo Augusto, a Secretária Executiva Suelen Sales e todos os conselheiros e conselheiras, Dr. Raymundo Silvany, ao Coronel Washington, Dr. Wergniaud e ao Comandante da PM Cel Euller e a todos os peritos em nome de Dr. Humberto e Adriana em nome de toda a imprensa. Agradece a presença de todos. A Segurança Pública tem a de obrigação de todos, merece ser olhada com um olhar acima de outras questões, com uma visão nacional e com a importância que o tema merece. Alguns estados da federação que antes não apresentavam problemas de criminalidade e que hoje apresentam, precisam ser olhados. A Paraíba, inclusive, principalmente com relação a crimes contra a vida. A partir de 2008 houve um crescimento de homicídios. O número aceitável pela ONU de 0 a 10 homicídios é o que ocorre nas nações de primeiro mundo. Taxa preocupante porque uma curva criminal crescente não se quebra com qualquer ação policial. Precisa de política de continuidade, engloba diversos fatores, é importante que gestores, políticos percebam que a Segurança Pública está dentro de um sistema, não é só problema de polícia, vai muito, além disso, precisa ser tratado com uma decisão de política de Estado, gestão que busca principalmente amenizar os crimes contra a vida. Priorizar o que é mais importante dentro de um sistema. Subsistema que trata a própria polícia de forma diferenciada, não partidarização das polícias, principalmente no Nordeste Brasileiro, não deixando a polícia trabalhar, problema sério. Estado *latu sensu*. Segurança Pública e Saúde são pilares de uma nação que busca se desenvolver e crescer em sua plenitude na preocupação da paz social. O sistema prisional é um gargalo grande, há lugares que a prisão passa a ser escritório do crime. Hoje têm criminosos que dizem que passaram a ganhar mais depois que foram presos. Subsistema caótico, precisa de uma política nacional. O Ministério da Justiça criou diretrizes para Segurança Pública, mas ainda precisa muito mais. A saúde tem uma



diretriz de financiamento e política de financiamento nacional. O Ministério da Justiça avançou, mas precisa de uma política de financiamento nacional. Não é barato fazer Segurança Pública. Políticas de financiamento aos moldes da saúde e educação seriam muito bem vindas. Diretrizes mais balizadas e mais subjetivas para o sistema de segurança, idéia de criar câmaras de encaminhamento, reuniões dos Conselhos do Nordeste, que ao longo dos anos foram importantes, mas avançaram pouco do ponto de vista da objetividade. Baseado nestes encaminhamentos com maior objetividade que se pensou em criar algumas câmaras como a câmara de tecnologia da informação. Porque hoje, no Brasil, existe dificuldade de fazer Segurança Pública. Estados mais avançados têm sua estatística constantemente questionada, comprovada no mapa de violência que foi publicado recentemente. Estes dados são até 2008. Pessoas morrem a cada minuto. Culpa dos Estados, não do Ministério. Não houve visão de tratar Segurança Pública com seriedade de gestão. O Ministério da Justiça hoje reconhece isso porque os Estados não avançaram em coleta de dados eficientes e confiáveis, num processo de gestão num moderno onde a tecnologia da informação. A PB não é diferente, as delegacias não são interligadas, além da estrutura de polícia q é precária. Gestão não confiável principalmente em dados estatísticos. São 1.485 homicídios que passaram pelo IML prováveis. Números confiáveis porque o GEMOL apresenta e sabe que tem evidencia de confiabilidade. Hoje estamos sofrendo esse processo porque temos deficiências além de outras. Por esta razão, nas câmaras foi sugerida a criação de uma política de diretrizes de financiamento do ponto de vista nacional. A Paraíba acabou convencendo o Conselho que essa câmara deveria ser criada e Foi criada, a primeira no Rio de Janeiro as primeiras propostas surgiram a respeito de uma proposição para criação de uma política nacional. Achamos isso essencial nos estados mais pobres dos países, Pede ao conselho que olhe o problema da gestão de SP com muito carinho, tanto no sistema grande, passando pelo sistema judicial, mostrar a sociedade o Art 144 da CF. Não tem como se trabalhar sem ter uma diretriz nacional. Quem muita coisa comum há nível nacional, apesar de existirem coisas comuns. Não há mais tempo p se perder órgãos federais a própria visão da sociedade. Agradece a presença de todos, por terem escolhido a Paraíba. Dr. Agnaldo a presença honra. Pede que olhem a São Paulo com um carinho especial, principalmente no financiamento. Fonte que talvez desagrade muitos setores da sociedade, com relação às bebidas alcoólicas, armas, assim como é cesta básica. É possível, podendo ser visto não só como recursos, mas com uma visão de pilares da São Paulo. A PB se sente honrada com a decisão política, mas acredita que é possível trazer paz social desde que todos se dêem às mãos. O Presidente em exercício ressalta objetivos que o Conselho tinha de realizar fora de Brasília suas reuniões, com as palavras do secretário está contemplado. Angústias de cada m dos Estados da federação e que a visão dos conselheiros possa ser ampliada a partir da realidade do país. Suas palavras nos trouxeram uma nova luz para a SP. Importância vertical que traz a opinião do povo da PB sobre a SP e suas necessidades. Quando o conselho optou por fazer reuniões fora de Brasília era capilarizar e contribui para acompanhar o cumprimento da política. O CONESP tem trazido algumas questões que o conselho de secretários tem vivido. Agradece em nome do Conselho a participação de Cláudio Lima e do Cel. Euller. Conselheiro Agadeilton Muito bom dia a todos, sejam bem-vindos a PB, que acolhe a todos de braços abertos. Financiamento da São Paulo já é uma preocupação do CONASP, já adotou a constituição de câmaras técnicas, várias vertentes da SP e uso da tecnologia para subsidiar a SP no país. O conselho já está alinhado com as diretrizes e preocupações. Construir com a vivência dos conselheiros sugestões porque São Paulo em nível nacional, estadual e municipal, para melhorar o caos da São Paulo. O CONASP já tem essa preocupação. **O Presidente em**



exercício agradece o apoio de todos e mais uma vez do Secretário Executivo. **A Secretaria Executiva** realiza a leitura da proposta de pauta. Pergunta aos conselheiros se há adendo sobre a proposta de pauta:

1. Aprovação das Atas da 9^a Reunião Ordinária e da 2^a Reunião Extraordinária do CONASP;
2. Suspensão das reuniões itinerantes;
3. Criação de grupo de apoio à Presidência e a Secretaria Executiva;
4. Reinstalação da Comissão de Discussão da autonomia da perícia; e
5. Reinstalação da Comissão de Discussão da aposentadoria especial dos policiais;
6. Construção do Plano de Trabalho e Resoluções das Câmaras Técnicas;
7. Pauta I: Campanha do Desarmamento;
8. Pauta II: Genocídio da Juventude Negra (CEN);
9. Informes da Secretaria Executiva;
10. Informes dos Conselheiros;
11. Encaminhamentos para a próxima reunião.

O Presidente em exercício propõe que as alterações da ata da 9^a Reunião Ordinária do Conasp sejam encaminhadas à secretaria executiva. **O Conselheiro Marcos Dias** cumprimenta a todos. Lembra do compromisso da última Reunião Ordinária incluir designação da comissão para estudo das aposentadorias dos policiais e das perícias. **O Presidente em exercício** responde que esses dois temas são da próxima reunião. **O Conselheiro Marcos Dias**, responde que foi para essa reunião. **O Presidente em exercício** responde que dois temas para uma reunião e dois para outra. **Conselheiro Marcos Dias** esclarece que a designação da comissão e não discussão do tema. **O Presidente em exercício** pergunta se pode ser inserida quando for tratada dos informes a designação das comissões. **Conselheiro Marcos Costa** diz que a proposta da Plenária é que abrisse espaço para discutir: calendário de viagens, não havendo condições de viajar pelo país, que o CONASP não tem o que mostrar há muita coisa para fazer, mas um argumento para que a Presidente não esteja presente. Colocar como ponto de discussão, suspensão do calendário de viagem. **O Conselheiro Marcos Costa** diz que informes não são deliberativos, e sugere decidir no início da tarde essa pauta. Criar na concepção de que Marcos Dias trouxe na última sessão, um grupo diretor da plenária, constituindo de representantes dos três segmentos para tomar decisões executivas. **O Presidente em exercício** solicita encaminhamento seja colocado nessa fase, para não atrapalhar esta pauta e lembra que as pautas devem ser encaminhadas com 15 dias de antecedência, proposta de pauta, tem que ser analisadas. Só podem ser realizadas questões urgentes e emergenciais. **O Conselheiro Marcos Dias** solicita para que a plenária entenda que seja urgente e emergencial. O conselho está patinando, não está saindo do lugar. Suspender calendário de viagens, Constituir grupo diretor, representantes dos três segmentos para trabalhar na preparação das sessões. **O Presidente em exercício**, esclarece que tem o respeito, mas discorda do conselheiro. Não esteja saindo do lugar. **O conselheiro Marcos Costa** com relação às decisões, que estão sendo tomadas pela secretaria executiva, o que está sendo lançado é a proposta de pauta dessa reunião que foram feitas pela plenária. Pareceu que a Secretaria Executiva e a Presidência



estavam tomando todas as decisões. **Conselheiro Marcos Dias** na preparação das reuniões o que é preparado em termos estruturais fica a cargo da Presidência e da Secretaria Executiva. O modelo que saiu como sugestão para o próprio Decreto é que vamos replicar o modelo que já existe no Conselho Nacional de Saúde. **O Presidente em exercício** diz que temos o Decreto em vigor, se criar uma estrutura paralela. Informa que essa reunião foi organizada pelos Conselheiros Agadeilton, e Almir de acordo com a consideração da plenária. **Conselheiro Marcos Costa** diz que o Conselho Nacional de Saúde criou uma mesa diretora porque sentiram que a necessidade da preparação das reuniões, o que vai ser discutido na pauta. Merece ter uma mesa diretora. Constituir um grupo de apoio. As grandes questões de Segurança Pública estão sendo realizadas ao lado do Conasp e este ainda não se estruturou. A Secretaria Nacional de Segurança Pública não está participando de nossas reuniões. **O Presidente em exercício** vê que o conselho está caminhando, e pontua que o objetivo da reunião é constituir as câmaras técnicas, começar a trabalhar com elas e o que estava planejado para o conselho estava sendo feito. Isso está dentro do programa de atuação do conselho. Inicia-se a discussão da pauta da reunião. **Conselheiro Sebastião**, cumprimenta a todos e a todas. Agradece aos Conselheiros Almir, Agadeilton pela acolhida do Conselho no Estado da Paraíba. Em que momento vamos saber quando serão local e prática tudo que foi aprovado na reunião anterior. Se vai ter mudança do Regimento, do Decreto, se vai ser instalada, coisas que já foram discutidas e aprovadas na reunião anterior. Esta semana houve mobilização nacional por conta do desarmamento, convocado pelo próprio Ministro, por várias entidades, mas o conselho não foi chamado. Dar protagonismo ao conselho senão vai ficar fora do jogo. **O Presidente em exercício** diz que acontecerá com o trabalho focado das câmaras. Que as comissões nessa reunião serão deliberadas. **Conselheiro Marcos Rezende**, diz bom dia a todos e todas. Dificuldade de encaminhamento da reunião porque todas as colocações feitas. Diz q a reunião não é um debate, inviabilizando a reunião. Que o Presidente que conduz a reunião, não precisa defender as indagações. Os conselheiros precisam ser consultados. **Conselheiro Marcos Costa** fez duas colocações importantes. Enquanto conselheiro quer discutir, se pronunciar, debater. O conselho está patinando é verdade. Antes era a ausência do Balestreri, hoje é a ausência da Regina continuamente. Analisar se vale à pena ficar fazendo reuniões itinerantes se o conselho está patinando. O que é o Conselho Nacional de Segurança Pública? O Ministro Tarso Genro disse que o conselho vai deliberar sobre as políticas do Ministério da Justiça. Onerar o Ministério da Justiça e nossas agendas para não encaminhar não é bom para o governo brasileiro, nem para cada cidadão desse país. **O Presidente em exercício** diz que a pauta, a colocação da Presidência dos demais temas e dos informes, já tem temas estabelecidos, pode discutir todas as propostas. **Conselheiro Heder**, cumprimenta a todos e a todas. Agradece a recepção dos Conselheiros Agadeilton e Almir. Relativo a pauta: compulsando a ata da 9ª reunião, na página 33, fez sugestão para o fim da pena restritiva de liberdade. Pela segunda vez não entra em pauta. **O Presidente em exercício** informa que será inserido na próxima reunião. **Conselheira Célia** cumprimenta a todos e todas. Que sua instituição tem a oportunidade de ser representada também pelo suplente Manoel Morais, que está aqui, pela condição especial da proximidade de



Recife com João Pessoa. Reafirmar o que já foi colocado. Que vivemos um momento crucial de afirmação da institucionalidade deste conselho, consciente. Questão da gestão da segurança pública que passa pelas decisões que encaminhamos ao conselho. **Conselheiro Elder Costa** cumprimenta a todos e todas. Agradece Almir e Agadeilton. Enquanto Fórum Nacional de Juventude Negra, conselho supere a era introspectiva. Discuta as grandes questões da segurança pública no Brasil. Ver ações e omissões do Ministério da Justiça que ocorrem em revelia. A partir desta reunião ter o conselho interferindo na agenda da Segurança Pública. Superar a era interna e ter cuidado para não passar a gestão discutindo questões introspectivas do conselho. **O Presidente em exercício** consulta sobre a proposta de pauta, e em regime de votação: 1. Suspensão das reuniões itinerantes do CONASP (14 votos); 2. Constituição de um grupo diretivo de apoio à presidência e a secretaria executiva (19 votos); 3. Reinstalação da Comissão de Discussão da autonomia da perícia (21 votos); e 4. Reinstalação da Comissão de Discussão da aposentadoria especial dos policiais (14 votos). **O Presidente em exercício**, consulta ao Pleno sobre a discussão da reunião ponto a ponto. Ponto 1. Concordam que é urgente? Votação: 14 favoráveis, 1 voto não, 1 se abstém, não votam. 1. Tema urgente será incluído. Ponto 2: É urgente? 19 votos, nenhum não concorda, nenhum se abstém. Ponto 3: 21 concordam, 0 não concordam. Ponto 4: 14 votos concordam, nenhum não concorda, seis se abstêm. O Presidente em exercício consulta sobre a deliberação desses pontos. Proposta de pauta, onde inserir estes últimos pontos? **Conselheiro Marcos Costa** No início da manhã. **PONTO 1:** Aprovação das atas da 9ª Reunião Ordinária e da 2ª Reunião Extraordinária do CONASP (serão encaminhadas a ata no primeiro turno do dia seguinte, a secretaria executiva). **PONTO 2:** a. Suspensão das reuniões itinerantes do CONASP (14 votos); b. Criação de um grupo de apoio à presidência e a secretaria executiva (19 votos); c. Reinstalação da Comissão de Discussão da autonomia da perícia (21 votos); e d. Reinstalação da Comissão de Discussão da aposentadoria especial dos policiais (14 votos). **Conselheiro Marcos Rezende** Para além de hoje construir uma dinâmica, as solicitações por parte dos conselheiros acontecessem no dia seguinte pela manhã e no turno vespertino as câmaras técnicas. Proposta de encaminhamento. O Presidente em exercício solicita que as alterações sejam encaminhadas a Secretaria Executiva, e já propõe o tema a discutir: suspensão das reuniões itinerantes. O Conselho que fez a proposta a defende (9 votos). Mais três falas. Conselheiro Gandra, propõe discutir o mérito, e abrir a defesa e três contraditos. Conselheiro Marcos Costa, sugere a suspensão do calendário de viagens. Nesse momento de estruturação, no início efetivo de uma composição definitiva do CONASP existe um trabalho de estruturação e funcionamento que precisa ser feito. Precisa estar em Brasília, tem uma estrutura maior, conta com a presença do ministro da justiça e da Presidente. **Conselheiro Sebastião** diz que é contrária do Conselheiro Marcos Costa, porque durante todo o tempo esse foi um desejo do conselho de poder ir aos Estados, a mídia dá importância ao evento nos Estados em que vai. É falsa a idéia de que o conselho está patinando. É lento, é difícil, é heterogêneo e a dificuldade é em função da boa vontade q cada um tem em fazer o melhor. É falsa a idéia de que em Brasília teremos a presença do Ministro da Justiça e Presidente, porque depende da vontade política, pois havendo vontade política seja onde for,



teremos a presença deles. É fundamental a presença do conselho nos estados para q possa interagir com a realidade de cada um deles. Conselheiro Celito Cordioli, diz que é contrário a suspensão desses trabalhos e reuniões itinerantes. Faz as palavras do Conselheiro Sebastião como deles. Buscar meios de pressionar para que a Secretaria Nacional agende sim, ela deve estar presente, pois a agenda é organizada um ano antes ou declina a presidência do conselho. Ou ela agenda ou declina a presidência por não ter condições de participar. Estados q se candidataram, já foram anunciados, já pediram apoio, não pode chegar e dizer que não. Não pode suspender, senão estariam patinando. Que deve avançar as reuniões itinerantes. O Presidente em exercício pontua que os conselheiros q o antecederam diminuíram sua falha. Acrescenta a experiência do Almir participar desse evento na Paraíba que faz com que o conselho fosse levado ao conhecimento de várias autoridades tanto da segurança pública quanto de outros órgãos municipais. O conselheiro conhece a realidade de cada Estado. Para o Ministério da Justiça a redução é quase insignificante, pois a grande maioria dos conselheiros é de outros Estados e para ir a Brasília teriam que pagar passagem aérea. O Ministério da Justiça na Paraíba está tendo economia com relação aos custos. Aqui na Paraíba a Secretaria da Segurança Pública assumiu os custos. **Conselheiro Gandra** que estão sendo encaminhadas votações que contrariam o Regimento. Para trazer a plenária para votarmos metodologia não existe isso, está no regimento. Uma defesa e três contraditórios é desfavorável. **Conselheiro Marcos Costa** que teve um momento de defesa, momento de contraditório, de que vale um contraditório se não for suficiente reverter à posição de quem apresentou uma defesa. Diante das considerações que foram trazidas, ao invés de suspender, intercalar uma reunião fora e uma reunião em Brasília. **O Presidente em exercício**, diz que a plenária já definiu que as reuniões seriam itinerantes. Estão voltando a um tema que já foi definido pela plenária. Há conselheiros que já fizeram contatos com governadores de Estado. Consulta sobre a possibilidade de votação. Em regime de votação: suspensão dos trabalhos itinerantes: 03 votos concordam, 14 votos não concordam, 4 se abstêm. Está mantido o cronograma de reuniões itinerantes do Conselho. **Conselheiro Marcos Costa** propõe debate preliminar para ver se é possível encontrar um consenso. Votação da Criação de grupo de apoio à Presidência e a Secretaria Executiva. **Conselheiro Marcos Costa** esclarece que na última reunião quando esperamos um novo decreto presidencial, era importante que houvesse uma mesa diretora ligada à presidência e a secretaria executiva. O Conselho Nacional de Saúde já identificou essa necessidade. Esse grupo de apoio faria essa função. Extrair um grupo representativo da plenária, esse grupo é agregado à presidência e a Secretaria Executiva. Tendo esse grupo divide as angústias da Presidência e da Secretaria Executiva. **O Presidente em exercício** lembra que esse conselho tem um Decreto e um Regimento que o rege. Se formos modificar a estrutura desse conselho temos que pensar em readequação das normas que regem o conselho. Tem que se revestir dessa formalidade. Todas as propostas de alteração têm que seguir o rito normal. Há uma portaria do Ministério da Justiça e um Decreto do Presidente da República regulando o Conselho. Para que haja o exercício regular do exercício de conselheiros, das atribuições dos conselheiros e da comissão tem que se ater a esse processo, sob pena que não tenha respaldo



nos atos normativos desse conselho. Caminhar de forma lúcida, objetiva, o que pretendem com a comissão o que ela pode e deve fazer. A função da Presidência é coordenar as reuniões. **Conselheiro Marcos Rezende** inicia a sua fala, mas em virtude da necessidade de ausência solicita substituição de um Conselheiro na Presidência. **O Conselheiro Marcos Rezende** informa que aguarda o retorno do Presidente. Suspensa a reunião às 11h05min. **Às 11h30min, retoma a sessão.** Conselheiro Marcos Rezende diz que as formalidades têm que servir para todos e todas. Diz que o Conselho precisa se reunir com o Ministro da Justiça. **O Presidente em exercício** diz que todas as decisões do Conselho são tomadas pela plenária. Respeita a fala e diz a respeito da demanda dos anfitriões. **O Conselheiro Marcos Rezende** diz que a cada fala que é feita o Presidente fala depois. **Conselheiro Celito** diz primeiro temos que retomar a pauta. Voltar a cumprir prazos, tempo de cada conselheiro, senão não sairemos daqui. **O Presidente em exercício** solicita a Secretaria Executiva que sejam marcados os tempos de todas as falas. Consulta sobre a possibilidade de votação. Os conselheiros concordam, e em regime votação. Todos votam pela criação de grupo de apoio a Secretaria Executiva e Presidência. **Conselheiro Cel. Mariano** diz que precisa que seja esclarecido como vai ser criado esse grupo de apoio e se esse grupo funcionaria de uma forma informal, seriam alguns que seriam escolhidos para trabalhar informalmente. Enaltece o trabalho de Augusto. Diz que as pessoas poderiam se policiar, falar de uma forma mais educada, menos agressiva. Diz que se sente agredido quando ouve algumas fazerem uma entonação de voz agressiva. **O Conselheiro Marcos Costa** diz que a proposta não é informal, é uma resolução, tem uma institucionalidade dentro da Plenária. São grupos de apoio a decisão da Plenária. Todo o poder está reservado à Plenária. Passará a ser discutido nos intervalos entre as reuniões extraordinárias e ordinárias com esse grupo. **O Presidente em exercício** abre as inscrições para a discussão, Gandra, Marcos Rezende, Célia e Tião. **Conselheiro Gandra** que está se sentindo um pouco constrangido porque toda vez que fala ou faz alguma proposta é rebatido pela Presidência, a qual pode estar totalmente contrária a minha idéia, eu posso perder na votação. Solicita que haja tranquilidade. Ainda mais quando lê as atas. Suas idéias nem sequer estão sendo levadas a Plenária. Falou na reunião passada, levantando questão de ordem, porém não foi acatada. **Conselheiro Marcos Rezende** que tem questões que são difíceis de tratar porque têm pessoas que fazem entendimento de educação diferente de outros. Eu não vim aqui para que as pessoas possam fazer seus conselhos e julgamentos, mas parece que ainda querem se sobressair em pleno século XXI. São contra a comissão da verdade da memória. Pessoas que têm muitas finezas no seu sorriso. Vejo um nível e um tom tão fino tão suave e tão doce. Não me assusto não me atinge e para mim as pessoas precisam fazer sua auto-análise. **Conselheira Célia Rique** que o Conselheiro Cel. Mariano diz que das condições de funcionamento dessa chamada comissão, grupo, etc. Temos antes que levar em consideração como será esta composição, mesmo resguardado o direito dos três segmentos. Como garantir autonomia da representação de cada um desses segmentos é fundamental. Este grupo vai ser delegado por nós, embora simplesmente para preparar uma pauta, considerando que essa assembléia é que é soberana nessas relações, temos que levar em conta tudo o que anteriormente vínhamos discutindo, como garantir a gestão democrática no



espaço deste conselho. Há um mal estar instalado entre conselho, porque ou nós garantimos a nossa autonomia de conselheiro ou estamos brincando de alguma coisa, isso é fundamental.

Conselheiro Sebastião diz que achava que eu já tinha superado uma fase em que a gente teve esse tipo de situação embora necessária importante faz parte de qualquer relação humana em função da pauta e da agenda do Conselho Nacional. Se não superamos temos que enfrentar. Perguntar se temos algo a superar ainda nesse nível. Enquanto demanda nacional o que se tem nesse momento é mais importante. Não transformar a diferença num problema que nos impeça de continuar avançando. Com relação ao grupo, tendo a concordar em parte, o Augusto tem razão, tem um grupo articulado para uma reunião no Estado. Tem uma pauta, uma agenda nacional colocada na segurança pública que o conselho tem que se fazer presente. Depois do processo de preparação e realização da conferência, CONASP provisório, já estamos maduro para saber que parte iremos tomar. Acho que temos tecnologia que não vai ser difícil tecnologia, consulta, os meios estão aí, tem uma coisa que pode ser feita, inclusive, virtualmente.

Conselheiro Marcos Costa esclarece que a proposta é essa. Não é só pra organizar pauta. É um grupo de articulação interna. **O Presidente em exercício** pergunta se todos concordam. Dá a palavra à conselheira Tereza. **Conselheira Tereza** existe um regimento que definiu como é que a metodologia da executiva vai funcionar e outra é a proposição do Conselheiro Marcos Costa de se criar um grupo de apoio. Parabeniza o empenho e diz do sacrifício que é para organizar uma agenda nos Estados. Haja uma pauta nas reuniões nos Estados para se trabalhar a regionalização dos problemas em cada realidade aqui exposta. Realidade da polícia, realidade da defesa, de como está acontecendo a dinâmica dessa situação, como está a realidade do dia a dia. Que esse grupo tenha uma objetividade e finalize esta reunião elaborando uma proposta de elaboração de pauta. Trabalhar o grupo de apoio para dar efetividade à efetivação da pauta.

Conselheiro Gandra diz que a Conselheira Tereza expressou um pouco do seu pensamento, não que discorde da proposta do Conselheiro Marcos, ocorre que se retiramos uma comissão que ia falar com o ministro sobre Decreto. Imagine criarmos outra estrutura por conta desse decreto que veio de encontro, inclusive, contra o regimento. Por isso que vai haver desconforto em outras reuniões nossas. A fala dela foi muito proveitosa. Enquanto não enfrentarmos a questão mister, que é como esse conselho vai funcionar ou ele vai ficar fazendo de conta que está funcionando. Pela primeira vez o senhor concedeu uma entrevista para a imprensa do conselho. Faz um apelo para que seja definida a agenda, quando vão se encontrar com a ministra, quando vai se tratar um novo Decreto. Estamos tentando discutir a comissão das perícias e da aposentadoria especial. **Conselheiro Marcos Costa** diz que é uma proposta de encaminhamento que se compromete no início da tarde a trazer um esboço das atribuições para que uma vez decidido.

O Presidente em exercício diz que se concordarem com esse ponto retoma a tarde. Que neste momento irá iniciar a votação da reinstalação da Comissão de Discussão da autonomia da perícia e da aposentadoria especial dos policiais. Consulta sobre a possibilidade e em regime de votação: aprovado os dois pontos. E a pauta foi aprovada.

Conselheiro Almir cumprimenta a todos e todas. Parabeniza a todos. Agradece a presença alguns presentes, representantes como Daniella Vicuña representando o Delegado Geral,



Severiano Pedro. **O Presidente em exercício** expõe ao pleno sobre o Curso que o Conselheiro Celito está realizando na área de segurança pública. Neste momento a reunião é suspensa e o Presidente em exercício informa que retorno às 14 horas para a reunião das câmaras técnicas. Encerrada às 12h15min

Reinicio dos trabalhos às 14h38min.

O Presidente em exercício solicita a Secretaria Executiva às propostas de alterações da ata. A Secretaria recebe as propostas de alterações. Após a Secretaria Executiva realiza a leitura da composição dos conselheiros por Câmaras Técnicas: **SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA E INSTITUIÇÕES POLICIAIS** Grupo: Sociedade Civil: Cynthia Luz, Tião; Trabalhadores: Gandra, Nobrega e Gestores: Cel. Camil; **ACOMPANHAMENTO DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DAS CONSEGS E MOBILIZAÇÃO SOCIAL** Grupo: Sociedade Civil: Almir, Eliana, Trabalhadores: Benito Tiezzi e Hede; Gestores: Eliete; **SEGURANÇA MUNICIPAL, POLÍTICA INTEGRADA DE PREVENÇÃO E O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL** Grupo: Sociedade Civil: Cynthia Ciarallo e Marcos Rezende; Trabalhadores: Simone, Gestores: Gilson e Benedito Mariano; **SISTEMA PRISIONAL E O ACESSO A JUSTIÇA** Grupo: Sociedade Civil: Geraldo, Trabalhadores: José Roberto Neves; Gestores: Cibele Kuss; Convidados: Tereza Cristina e Marcos Costa; **SEGURANÇA PÚBLICA E GRUPOS DISCRIMINADOS** Grupo: Sociedade Civil: Elder, Márcio Marins; Trabalhadores: Sá Ribas; Gestores: Fernando Matos e Geraldo Melo; **POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E FINANCIAMENTO** Grupo: Sociedade Civil: Alexandre Ciconello, Trabalhadores: Agadeilton; Gestores: Wantuir, e José Lopes; **AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO** Grupo: Sociedade Civil: Célia, Trabalhadores: Marcos Dias; Gestores: João Guilherme. **Conselheiro Sá Ribas** que quando foi realizada a 9ª Reunião não pode estar presente, posteriormente, tomou conhecimento que estava nessa comissão a qual tinha sido indicado. Sua participação nesta comissão vai ser enriquecedora. Perspectiva para que mesmo estando em determinada comissão deixe de haver a oportunidade de participar em outra em função da qualificação profissional e experiência que esse profissional tem. Gostaria de participar da comissão de segurança pública e financiamento. **O Presidente em exercício** esclarece sobre os pontos de que são colocados ao segmento ordinário das atividades do Conselho. Motivo de deliberação da plenária e objeto de voto para participar das câmaras técnicas e os conselheiros ausentes, à Plenária deliberou sobre a colocação de todos eles. **Conselheiro Márcio Marins** que tinha um compromisso com a Secretaria de Segurança Pública do Paraná, de uma chacina na região metropolitana, não esteve na 9ª Reunião. Teve acesso a ata. O Presidente em exercício propõe partir para as Câmaras. **Conselheiro Marcos Costa** Leitura da alteração do regimento interno do CONASP. **O Presidente em exercício** pergunta aos conselheiros se há alguma observação. **Conselheira Tereza** expõe que tem dúvida. Tem uma série de decisões que vai tirar da plenária: pauta. Tema que cada um tem que levar para casa e analisar. Vai esvaziar bastante as atribuições da Plenária. Pegar o material e fazer um estudo ou avaliar de fato o que significa. **Conselheiro Celito** que o Conselheiro Marcos teve a preocupação de trazer o que poderia o conselho. Os conselheiros falar de esvaziar a Plenária.



Qualquer decisão tomada pode ser mudada por essa Plenária. A regulamentação, e num segundo momento, poderia ser distribuído. Nesse momento o que está sendo discutido é a criação ou não. **O Presidente em exercício** abre a palavra. **Conselheiro Cel. Mariano** propõe compactua com a colocação da Conselheira Tereza. Se for aprovado tem que discutir como vai funcionar. Muitos representantes vão querer participar desse grupo de apoio. **Conselheiro Sebastião** diz que é razoável colocação do Conselheiro Marcos, pontos coerentes. A idéia é mais do que válida. Isso não vai esvaziar a plenária, pelo contrário, vai potencializar. Discutir no próprio grupo o que seria o formal dessa comissão. **Conselheiro Marcos Costa** que o grupo representativo não tem poder de decidir aquilo que é atribuição da plenária. Inspirada nos subsídios que a plenária coloca nas reuniões anteriores. A Presidência tem o poder de incluir pontos necessários sem a participação direta da plenária. A proposta das atribuições foi um pedido da Tereza, pois ela queria saber o que seria o grupo representativo. As atribuições do grupo representativo serão apresentadas na próxima reunião. O seu foco e preocupação nesse conselho são estruturais, funcionais e torná-lo respeitado. Passamos um ano inteiro numa perspectiva que estamos quase abandonando. **Conselheira Tereza** que se pode estabelecer dentro do período de discussão uma análise e amanhã isto ser aprovado. A sua angústia de perguntar para que serve esse grupo é para focar para o que significa o mérito da questão. Os pontos que nos trazem para essa questão da segurança pública. Em um primeiro momento, burocratizar mais um processo de encaminhamento. Necessário explicar o que seria o grupo de apoio. Não houve nenhum interesse de diminuir. Todo e qualquer trabalho requer o tempo intelectual de cada um de nós. **Conselheiro Marcos Costa** que na última reunião definimos que iríamos incluir uma mesa diretora. Ver algo que se consolide com a nossa prática. **O Presidente em exercício** solicita que para encaminhamento fazemos a composição da comissão? Não. A Secretaria Executiva vai aplicar para todos o texto que o Conselheiro Marcos colocou. **Conselheiro Marcos Costa** propõe a criação nesse momento do grupo representativo. **O Presidente em exercício** estabelece que no prazo de 15 dias a secretaria executiva avalia e os conselheiros trazem para a próxima reunião. **Conselheira Célia** que a questão da composição é fundamental. Vai decidir hoje ou vai ser objeto dos nossos segmentos. **O Presidente em exercício** na próxima reunião para que os grupos se articulem. Consenso criação da comissão. Agregar condições em destaque e informar aos senhores como prazo de 15 dias a próxima reunião. Próxima pauta Câmara técnica. **O Presidente em exercício** expõe que o Conselheiro Sá Ribas pleiteia a participação como ouvinte. Há possibilidade do Conselheiro Marcio indicar de qual Câmara Técnica sua instituição irá participar. Pergunta se algum conselheiro é contra. Não há nenhuma objeção. Construção do Plano de Trabalho e Resoluções das Câmaras Técnicas. Conselheiro Márcio Marins Grupos discriminados. Está incluído. A Secretaria Executiva Modelo de plano de trabalho. Criar resolução. Todas as câmaras técnicas só passam a existir quando a resolução for aprovada pelo pleno. Tem um modelo para apresentar que vai ser adaptado por cada câmara técnica. Para que cada grupo comece a pensar como vai ser o trabalho daquela câmara técnica. **O Presidente em exercício** suspende a reunião por 10 minutos para que a sala



seja reorganizada. 15h12min. **Conselheiro Marcos Costa** informa que amanhã não poderá estar presente.

REINÍCIO DOS TRABALHOS: 15 de abril de 2011, às 14h30min

Campanhas de Entrega Voluntária de Armas no Brasil. Senasp (Ministério da Justiça). Viva Comunidade / Viva Rio. Rede Desarma Brasil. Palestrante: Antônio Rangel. Esclarecer proposta do Ministério da Justiça. Entrega voluntária de armas. A Rede reúne mais de 70 ONGs igrejas, centros de técnicos de pesquisa sobre controle de armas, instituições filantrópicas. Questão polêmica. Baseada em ideologia, paixão e pouco conhecimento científico. Situar na questão do desarmamento para que entendam que não é uma iniciativa brasileira. Mais de 40 países já fizeram a campanha no mundo. Circulam no mundo mais de 600 milhões de armas. Universo obscuro, secreto. Comércio mais lucrativo do mundo, arma e munição. Vendem para homens de bem, bandidos, qualquer um, ganância absoluta. O senso comum não é embasado em pesquisas. Aqui são pesquisas. 90% das armas q circulam no Brasil estão na mão da sociedade. A maioria é causada por conflitos interpessoais. Duas pesquisas dos EUA e da Austrália deram quase os mesmos valores. O inimigo é diferente, quem é igual a mim é de confiança, essa é a idéia que existe. Respondemos por 42% dos homicídios por arma de fogo. Um dos maiores fatores que explicam essa mortandade é a proliferação de armas de fogo que circulam em mãos erradas. Guerra silenciosa que atinge basicamente a juventude. No Brasil circulam cerca de 16 milhões de armas. 48% são ilegais. O alvo das campanhas desarmamento é a arma do homem de bem que tem arma legalizada ou ilegal. Hoje, 34.300 homicídios por ano. O Brasil mata mais em um dia do que toda a Grã Bretanha em um ano. Países mais violentos por arma de fogo no mundo. O Brasil ocupa o quinto lugar. Armas ilegais mais de sete milhões por categoria. A indústria brasileira de armas é a quinta maior do mundo. As armas dos bandidos são estrangeiras. Pesquisa concluída no final do ano passado. As armas estrangeiras ilegais no Brasil constituem apenas 7%, 93% são brasileiras. O problema não é da fronteira, é interno, das armas que saem das nossas fábricas que a partir da saída são desviadas. Considerando as armas estrangeiras, 60% das armas que entram no Brasil ilegal são americanas. Quando decidiram que era importante mudar a lei brasileira tiveram insucesso porque muitos tinham a campanha financiada pelo comércio de armas ou pela cultura brasileira, homem que é homem anda armado. Vitimização da arma de fogo. A sociedade pressionar o Congresso Nacional, para este atender o interesse público. Começaram campanhas pelo país que redundaram na criação do estatuto. Estoques: polícia se arrisca, toma armas de bandidos, armas que estão ligadas a processos, são pessimamente estocadas, vendidas, desviadas. Controla a arma e ela sai pela porta dos fundos. Irão visitar a maioria de depósitos possíveis. Destruição das armas que não devem ficar estocadas de forma permanente. Foram realizadas campanhas em mais de 40 países. As pessoas que gostam de arma a vêem como um instrumento de defesa, ela vale mais como instrumento de ataque. Para defesa exige uma série de circunstâncias raramente



presentes. Não recomenda o uso de armas. O que o bandido mais quer é dinheiro, jóias e armas. Segundo a Polícia Federal foram roubadas de residências de cidadãos de bem mais de 27 mil armas. O efeito surpresa é contra o cidadão. A campanha deles é considerada a de maior êxito no mundo. Recolheram 459 mil armas e proibiram se andar armado na rua. Essas medidas reduziram 11% do número de homicídios no Brasil. Plano piloto: Pastores e padres nas favelas passaram a receber armas nas igrejas, porém eles passaram a ligar, dizendo que estavam com armas recolhidas, mas que existiam bandidos por perto. Por isso, resolveram destruir as armas com marretas, uma chapa de aço embaixo. É ilegal destruir armas, só o Exército pode destruir. Não destruíram armas, as danificaram. A arma deixou de ser arma por não atirar mais. O policial que usaria esta arma para desviá-la no mercado negro, deixaria de fazê-la. Campanha envolve anistia, se suspende à penalidade, a pessoa pode entregar qualquer tipo de arma, há uma indenização. Quase 80% das pessoas que devolveram armas foi por causa de indenização. Campanha das mulheres: arma, não! Ela ou eu. Campanha de 2008/2009: foram entregues 30.721 armas. Efeitos das campanhas por desarmamento e proibição do porte de armas: redução de mortes por arma de fogo. Depois do massacre na Escola várias pessoas passaram a ligar para o Viva Rio para entregar armas. As duas armas do crime eram ambas brasileiras. Uma tinha sido roubada de uma residência de um homem de bem. As pessoas estão preocupadas apenas com armas ilegais. 93% das armas do Brasil são produzidas legalmente. Quando sai da fábrica, a arma e a munição começam os desvios, o transporte não é devidamente fiscalizado. Quem fiscaliza é o próprio fabricante. Chegam nas lojas, são compradas por bandidos. A CPI conseguiu descobrir o rei das armas, que abastecia todo o crime organizado do Nordeste. Ninguém fiscaliza empresa de segurança privada no Brasil. Separar arma legal e ilegal, a forma de impedir que a arma se torne legal ou ilegal é controlando o mercado ilegal. Progressão dos homicídios no Brasil, apontando uma queda de 11%. IPEA alega que a queda foi de 13%. Se não houvesse havido a campanha do desarmamento teria progredido para 27% o número de homicídios. Quando a sociedade participa no recolhimento de armas aproximadamente 459.855 são apreendidas, quando não 30.721. Campanha de legalização: 184.446 regularizadas em 2008 e 1.223.839 regularizadas em 2009. O governo não vai prorrogar a campanha. Quem tem arma ilegal é entregá-la e ser indenizado. Um país aprende com o outro, nós aprendemos com o Nelson Mandela, a Argentina aprendeu conosco. A Argentina recolheu proporcionalmente tanta arma como o Brasil, porém eles são muito de glorificação da arma. O recolhimento de munição foi maior na Argentina do que no Brasil. Para indenizar exigir da pessoa o CPF, porém se a campanha é anônima como exigir o CPF. Houve um número expressivo de pessoas que entregaram sua arma, porém não foram indenizadas. Para resolver isso cheque ao portador. Durante a campanha é garantido o anonimato, assim também devem ser as regras do Banco do Brasil para que as pessoas possam ser indenizadas no ato de entrega. Para concluir quer dizer que a campanha estava sendo estrutura para se realizar em julho, mas o massacre em Realengo colocou a questão das armas no epicentro da agenda política, então o Ministro resolveu antecipar a campanha, e fazê-la até o final do ano. O Presidente do Senado propõe um referendo e depois muda para plebiscito, para rever o de 2005, nós como rede discutimos o



assunto e nos manifestamos contra a proposta do senador, mesmo ele tendo sido um parlamentar importante quando da aprovação do estatuto do desarmamento. O povo votou de maneira equivocada. Mantemos uma excelente lei que não saiu do papel. Policiais corruptos entregam uma parte das armas e vendem outra parte. A CPI comprovou que as autoridades alfandegárias não cumprem a lei, no Aeroporto passa tudo. Autoridades não estão cumprindo a lei. A rede americana não controla nada de armas. É tão fácil aqui quanto nos Estados Unidos comprar armas. Segunda-feira vai ser criada a comissão nacional da campanha do desarmamento, composta por várias entidades. Quando se cumprir um mês do massacre de Realengo irão iniciar a campanha. Clamor. Facilidade de obtenção de armas e demanda por controle. Não tem que mudar a lei, que é ótima, só falta cumpri-la. Vamos lutar para a suplementação da nossa lei. Se estiverem dispostos, empenhados e convencidos, quem tem arma e quer voluntariamente entregar a arma e apoiar a campanha de desarmamento, esse conselho pode ter um papel muito importante. Em cada Estado, um comitê estadual para montar a campanha em seu estado, polícia federal, secretaria de segurança pública, direitos humanos, etc. Participar dos conselhos estaduais ajudando a se mobilizarem nas campanhas. O Ministério da Justiça considerou o benefício tão grande que disse que teria que virar política pública. Fim. Aberta a palavra aos conselheiros. **Conselheiro Celito** que com relação ao judiciário. Não sabe como é em outros Estados, em Santa Catarina os juízes têm exigido o exame de eficiência da arma. Para mim não tem que exigir exame nenhum. O código fala quando o juiz tiver dúvida. Se o cara está portando uma arma não vou perguntar para ele se aquela arma é eficiente. O que interessa é o crime. Mudança na legislação para que isso modifique. Ameaça que provoca ao cidadão comum mesmo uma arma não eficiente, pois o trauma que causa a pessoa é o mesmo. Excede a legislação esse fato. Tem recebido vários e-mails pela Internet contra a campanha do desarmamento e o plebiscito. Se cria um mercado paralelo muito mais valorizado do que atualmente. O Estado não tem capacidade de se fiscalizar hoje. Fiscalizar o fabricante, o transporte de arma, a segurança privada. Armando um bandido e deixando um cidadão de bem desarmado. Arma não é um instrumento de defesa, sempre foi instrumento de ataque. **Antônio Rangel** que as armas caseiras foram colocadas na lei porque são poderosíssimas, porque pegam um cano de motocicleta e transformam num verdadeiro canhão. Começaram a fabricar pseudoarmas para serem indenizados. Por isso a Polícia Federal proibiu a indenização de armas caseiras. Preocupados em tirar do mercado instrumentos que matam. Prevaleceu à Portaria da Polícia Federal que são recebidas, mas não são indenizáveis. **Conselheiro Marcos Dias** que durante a exposição, falou da polícia brasileira da polícia australiana. A de lá é melhor que a nossa. Nas PRF's eles também sofrem da dificuldade de não ter efetivo de trabalhar num país dessa dimensão. Ela exerce uma pressão muito grande, pois tem este instrumento legal de recolher a arma, se depara com uma arma que não tem registro. Muitos grupos, muita quadrilhas, mudaram a sua forma de atuação. São abordadas pessoas que tem passagem pela polícia, vasculham todo o veículo e não encontram arma. Têm depósitos que eles alugam armas. Existe a dificuldade de fazer valer a lei por uma questão de efetivo na PRF. Estamos revivendo um pouco o momento da ditadura porque o governo não se abre para esta problemática. A



sociedade civil precisa se aliar aos profissionais da segurança pública para se restabelecer um diálogo, pois precisam dialogar para saber quais são as prioridades. No caso do Rio de Janeiro, a mídia buscou a audiência, o que fez a diferença foi o policial estar próximo à escola, ter uma certa experiência e cumpridor do seu dever. Se tivéssemos um efetivo policial maior à lei poderia ser cumprida mais efetivamente. **Antônio Rangel** que a minha frase não foi que a polícia da Austrália não era melhor do que a brasileira, ela é mais eficiente porque a sociedade investe nela, bem paga, com grandes conhecimentos de direitos humanos e a segurança pública no Brasil não atingiu ainda um status de responsabilidade. Polícia no Brasil é considerado uma profissão inferior, mas por que é inferior a saúde e educação. A nossa polícia por ser deficiente acaba sendo acusada de ser ineficiente. A polícia australiana é melhor. **Conselheiro Sá Ribas** que as dificuldades que ocorrem no passado estão ligadas à cultura do nosso povo e o homem do povo absolveu a posição de que o estado, por essa dificuldade para instrumentalizar as instituições de segurança pública, ao invés de aprimorar o combate a criminalidade fez com que entregassem as armas reais. O legítimo direito de defesa, que todo cidadão em geral considera isso intocável, direito constitucionalmente assegurado. Como policial também acha que o fator surpresa sempre está do lado do bandido. O outro aspecto é q alguns parlamentares, com a postura de comoção social, exploram de alguma maneira, vamos fazer um outro plebiscito. Suas colocações foram muito oportunas e bem adequadas. Muitos vão perder muitos dos seus temores, atingido de maneira mais efetiva resultados melhores do que os da primeira campanha. Isso não nos livra e não nos permite omitir-se na cobrança do governo no sentido do que se faça quantas campanhas de desarmamento e plebiscito queriam fazer, porém o governo jamais se sentirá confortável. Porque essa é uma obrigação do Estado da qual ele não pode e não deve se furtar. Confirmar e fortalecer essa concepção para q o estado não se acomode. **Antônio Rangel** que Concorda quase no geral com a exposição do senhor. Se for atacado com uma faca e reage com um tiro isso não é autodefesa. A polícia é treinada no uso de armas, mas na questão de vitimização, consequências do uso de armas, como se dá, benefícios e malefícios, ainda é pouco desenvolvido no Brasil, mas em outros países revela que a arma é um instrumento muito precário de defesa. No ponto de vista legal, a indústria de arma apelo contra o estatuto do desarmamento, o Supremo Tribunal Federal decidiu que os estudos científicos demonstram que a arma não é um bom instrumento de defesa para as famílias brasileiras, o Brasil tem que contar com uma polícia que a proteja. O que está garantido na Constituição é o direito a vida e na medida que ter arma em casa coloca em risco a vida. O Supremo Tribunal Federal considerou o estatuto inconstitucional. O cidadão não tem direito a ter arma, tem o direito a ter a sua vida preservada. **Conselheiro Gandra** que tem acompanhado o trabalho do movimento no Rio de Janeiro e agora se integrando a rede desarma Brasil, ajudando enquanto uma associação que representa os policiais civis, nós enquanto policiais civis gostaríamos de ajudar nessa campanha e em outras dessa monta. Quanto à rede dispõe financeiramente para fazer uma campanha dessa magnitude, quem contribui com os senhores? Sobrevivemos de uma contribuição dos sindicatos e federações que sobrevivem dos seus associados. Há recursos suficientes para ser fazer essa campanha, quais as origens desses recursos e até que ponto podemos ajudar nessa



campanha? Existem sites, portais e *blogs* de policiais que são visitados por essa comunidade de policiais civis e militares que poderiam colocar lá essa campanha. Geralmente uma boa polícia do mundo todo, as melhores polícias ganham bem e seus operadores são respeitados também por isso. **Antônio Rangel** que a campanha de 2004 gastou 40 milhões de indenização. A nossa campanha tem apenas 10 milhões destinados à indenização e não há campanha sem televisão. Quando sai uma publicidade na televisão no outro dia existe uma fila de pessoas para entregarem armas. Na campanha de 2004, nenhum artista cobrou. Do nosso lado foi tudo gratuito. Agora não sabemos se vamos ter tudo gratuito, a primeira à campanha foi novidade, uma segunda vez a coisa já não tem a mesma força. As pessoas pensam que o referendo foi a favor das armas. Campanha de desarmamento é dar a possibilidade de quem quer se desfazer da sua arma entregá-la com direito. Esse fórum tem poder de cobrar, acho que vamos ter pouca publicidade, não sei se vamos ter publicidade gratuita. Se não houver uma boa campanha de convencimento não vai valer. O Ministro disse que para indenizar não haverá problema, isso é prioridade da minha gestão. Mas me preocupa a questão da publicidade. **Conselheiro Everardo** que como conselheiro, nesse processo de organização da conferência tivemos a grata satisfação de compreender as dificuldades e desafios de compreender para fazer uma segurança pública no país. Fazer parte da rede desarma Brasil tem essa questão do direito à vida. Que quando vê o conselho dialogando sobre isso, vê que é um avanço significativo para a segurança pública no Brasil. Isso o deixa muito satisfeito. Medidas significativas: tratar estes conselheiros de forma respeitosa para construir esse patamar de respeito sobre a nossa missão. A Rede Desarma Brasil tem essa missão. Como é formado os comitês? **Antônio Rangel** que os comitês estaduais devem ser muito representativos, todas as forças devem estar a favor do desarmamento voluntário, tem que ter uma executiva, é um momento de interação entre as entidades de Segurança Pública e a sociedade. Os desafios mais importantes, além da mobilização e divulgação é a montagem dos postos, que não estarão apenas nas polícias, mas igrejas, etc, a rede tem toda uma tecnologia. O Secretário de Segurança Pública Estadual a se envolver. Os postos são importantes porque não se tem idéia do que as pessoas têm em casa. Recebiam no Viva Rio metralhadoras anti-aéreas, bombas, granadas. As pessoas precisam estar treinadas quando forem entregar a arma, porque como se faz quando se pega uma granada? Até trotil já entregaram que é uma dinamite que se usava em bombas. Como essas pessoas utilizavam isso? No Brasil, tem colecionador com fuzil de guerra, enquanto em outros países só se permitem armas antigas. Propôs nos congresso que se retirasse das armas dos colecionadores dispositivos de disparos, para que a arma não represente perigo. A proposta não foi aprovada. Coleção de armas é um grande negócio, acumula uma coleção, a vende muito bem e se a arma estiver danificada ela tem um grande valor, soube que tinha vários colecionadores entre os senadores. **Conselheiro Heder** que os praças por mais que atuemos no combate do desarmamento, porque essa é uma das missões desarmar a sociedade, percebo que não há internamente nas instituições policiais militares a construção de uma cultura de potencializar o desarmamento, porque trabalha todo dia no desarmamento operacional, mas não lhes é repassado a cultura. O único agente do Estado que vai estar presente em todos os estados que



vai estar em todos os municípios é o praça da polícia militar. Ele não é preparado a potencializar a cultura da paz. Temos que quebrar o paradigma da resistência, onde há uma resistência dos praças da polícia militar em fazer isso. Sugere que o Viva Rio e a Rede Desarma Brasil procurem as instituições policiais e coloquem isso como uma premissa. A formação para um praça é no mínimo um ano, o que decorre da não absorção do processo de formação é individualizada. **Antônio Rangel** que em Vitória o comandante da Polícia Militar ao final dos debates disse que se deu conta de como os homens dele são mobilizados, sem consciência do que estão fazendo e a maioria deles contra. Como a formação deles é de usar arma, desconstruir essa imagem e entender as situações em que a arma pode se tornar um risco. Ele pediu para que a rede voltasse lá para discutir com os soldados o porque da campanha de maneira que eles trabalhem com consciência. Se isso pudesse ocorrer em todos os estados seria fantástico. Em cada capital brasileira falar para os policiais que irão aos postos de recolhimento de armas. **Conselheiro Luís Carlos Nóbrega** que não é uma campanha de desarmamento, é uma campanha pela vida. Hoje no Congresso Nacional existem inúmeros projetos de lei que vêm de certo modo para armar setores da sociedade, inclusive projetos de lei de estágios bem avançados. Com relação à segunda campanha do desarmamento que fosse estudada uma boa logística dessa campanha. A arma é um ônus, a intranqüilidade da arma é uma existência causando um stress à vida do policial. É muito importante que se tenha uma logística bem preparada. Se vai ser uma capilaridade maior ou menor. Atentar com depósito de armas, transporte, segurança dos colaboradores. Estão querendo envolver a sociedade civil, porém eles não têm o preparo específico para lidar com o recebimento de uma arma. Atentar para estas questões de modo a evitar incidentes e desvios. **Antônio Rangel** que a lei foi votada democraticamente e estão tratando de acabar com a lei no golpe. Uma das medidas mais eficientes e efetivas do estatuto foi à proibição de se andar armado na rua. Facilitou o trabalho da polícia, pois para ela agora, homem armado na rua é bandido. Uma série de benefícios que explicam a queda no número de homicídios. Caiu o número de briga de torcida de futebol, briga de vizinhos, briga de trânsito, porque a pessoa não pode mais andar armada porque é crime. A base do argumento dos que são a favor da concessão de porte é que eles correm risco no exercício da profissão. O Brasil é uma sociedade violenta todos nós corremos riscos. Taxistas, caminhoneiros estão querendo porte de arma. O modelo democrático é investir na polícia. Todo mundo q se sente inseguro anda armado. É o que se tinha antes. Investir na polícia. Os modelos mais eficientes é que a polícia tem um esquadrão super bem treinado em armas. Esse é um debate muito importante e a questão de defender o estatuto, proibição do porte de armas para os civis é essencial. Acha que estão bem preparados. O Ministro Thomas Bastos mandou estudar as experiências internacionais e deu certo. Requião é a favor da Campanha do Desarmamento. Todos os postos civis tem polícia, não tem polícia de forma ostensiva. Há Estados em que a polícia está com uma imagem muito negativa. Em vários Estados, pessoas diziam que não iam entregar a arma, porque a polícia iria vendê-la. As preocupações têm que ser obviamente aumentadas. Não houve um incidente, pois precisamos ter muita precaução porque quem pega uma arma tem q saber manuseá-la. **Conselheira Célia** agradece a clareza do palestrante. O



GAJOP já é aderente, participaram da campanha de 2001 e da de 2005. Já houve uma reunião para a comissão da campanha em Recife. Na medida em que trata a campanha do desarmamento politiza porque trabalhamos em função da radicalização da democracia no país, com isso a campanha tem todos os seus méritos. Mas é fundamental a politização dessa campanha, e da ampliação de uma discussão sobre a segurança cidadã. Aperfeiçoar o sistema operacional, se esquematizar de uma forma mais completa mais eficiente. Estão abertos para receber todas as sugestões, inclusive com a produção da apresentação para que possam divulgar com todas as demais entidades. Colocar o site do GAJOP a disposição para divulgação de materiais publicitários que o Viva Rio já tenha produzido para viabilizar a campanha no Estado. **Antônio Rangel** que Pernambuco teve um papel muito importante nas campanhas anteriores. Foi a segunda maior marcha no Brasil. Agradece o apoio virtual. O pessoal das armas são todos nerds na área da computação. Houve calúnias na Internet. Na maioria das faculdades os estudantes já estavam impregnados pelas medidas q circulavam na Internet. **Conselheira Cibele** que há uma irresponsabilidade muito grande no estoque e guarda das armas. Em Alagoas, das 300 armas que estavam sob a custódia do Fórum do interior, 140 foram desviadas, há suposto envolvimento de policiais militares. A nova campanha é uma grande oportunidade para nós cobrarmos do Estado brasileiro, uma vez que eles tenham afirmado que o controle de armas é prioridade. Não podemos deixar de cobrar que o Estado Brasileiro cumpra o seu papel. O Estado brasileiro precisa se preocupar mais com as armas que estão sobre a sua tutela. **Antônio Rangel** que o estatuto determina que o SIGMA seja integrado ao banco de dados. Cabe a Polícia Federal fazer o rastreamento dessa arma. Até hoje as forças armadas não entregaram o SIGMA ao SINARM. Existe um grande número de traficantes q conseguem se registrar como atiradores e colecionadores para obter mais armas e munições. A infiltração entre os atiradores e os atiradores deveriam ser os primeiros a separar o joio do trigo. Os clubes de tiro são pessimamente fiscalizados nesse país. Um professor de tiro de São Paulo era o maior fornecedor de munição para o PCC. O enorme número de armas desviadas vem de setores que não podem ser rastreados: polícia militar, dentre outros. **Conselheiro Sebastião** que existe uma questão objetiva que é a cultura. Saiu uma pesquisa no final do ano passado no Rio de Janeiro de que 68% dos recrutas da Polícia Militar, porque estavam entrando para a PM responderam que era para o confronto. Na cabeça deles a idéia do confronto é que mobiliza, que estimula e a formação do policial é de seis meses no Rio de Janeiro. Todos os problemas de segurança são sérios e importantes. Achamos que uma determinada ação vai resolver o problema da segurança é uma combinação de coisas. Uma amiga se dispõe a promover material para a campanha do desarmamento de graça. Almir elaborar uma moção de apoio total ao CONASP a campanha do desarmamento, pedido formal ao Ministério da Justiça para que haja recursos suficientes a mobilização, publicidade, que o CONASP se faça presente de alguma forma formal na comissão q vai ser criada para formar essa comissão nacional. **O Presidente em exercício** agradece a Antônio Rangel pelas luzes que trouxe. As questões apresentadas envolvem, sobretudo, uma questão de uma mudança cultural profunda. Como policial tem a consciência de que a arma não é um equipamento de defesa. Os procedimentos de defesa que sempre usou foi: locais, horários,



companhias. No uso da profissão sim, usar arma, mas fora dela não. **O Presidente em exercício** pede pausa para o *coffee break* às 16h40min.

Reinício dos trabalhos: 17h02min

O Presidente em exercício consulta sobre a possibilidade de aprovação da ata da 9ª reunião. Aprovada. Solicita que os que estão presentes continuem para compor o quorum. Aprovação para compor o Grupo de Criação de Autonomia das Perícias e Aposentadoria dos Policiais e Reinstalação de Comissão de Discussão da Aposentadoria dos Policiais: Eder, Celito, Cynthia, Sá Ribas, Luís Carlos Nóbrega. Reinstalação de Comissão de Discussão da Autonomia da perícia: Agadeilton, Helder, Simone, Benito Tiezze, Almir. Próxima reunião no mês de junho. Continuar trabalhando durante este período. Compartilhar informações por e-mail e terão 15 dias para concluir os planos de trabalho. **Conselheiro Celito** que o Ministro não pode dispensar a Secretaria Nacional de Segurança Pública para participar das reuniões do CONASP. Causa um certo descontentamento e descaso para o CONASP. **Conselheiro Marcos Rezende** que a importância da presença da Secretaria Nacional Regina e do Ministro Cardozo se fazer presente na próxima reunião do CONASP. Nós do conselho não temos acesso a informações sobre isso.

O Presidente em exercício faz as considerações em razões de encaminhamento do Conselheiro Marcos Rezende. **Conselheiro Elder** que apóia a proposta do conselheiro MARCOS. O conselho precisa ter o poder de interferir nas políticas de segurança pública, por motivo de ainda estar se estruturando. Existe uma certa tendência do afastamento do conselho as grandes decisões. Uma das formas de fazer esse monitoramento, essa interferência de maneira concreta, é chamarmos o Ministro para que ele apresente as principais demandas que o ministério vem fazendo. O ministério está deixando de fazer coisas com relação segurança pública e não podemos aceitar isso. Que todas as decisões aqui colocadas são trazidas por cada conselheiro de acordo com a sua seara de atuação. Angústia de cada um de que o elemento político aconteça até para legitimar a nossa presença. Precisamos de uma presença política construtora referendada, almejada por todos, a presença de Regina. O encaminhamento está sendo dado. Mas a presença de Regina é fundamental para consagrar o conselho. **Conselheiro Sá Ribas** que a sugestão apresentada por Marcos, expectativa de todos, não há nada de posicionamento do conselheiro e de todos que possa ser interpretado que possa ser cobrado como cobrança indevida. Temos um interesse do ponto de vista técnico, o bom funcionamento do CONASP depende de que tenhamos por parte do Ministro e da nossa Presidente que estejam empenhados em dar rumos ao conselho. Nos sentiremos muito satisfeitos com a presença deles. **Conselheiro Almir** que posiciona total apoio à proposta de Marcos Rezende. Estamos tentando ajudar ao Gabinete do Ministro e referendar a ele a confiança que temos em Regina e no Coronel Augusto. **O Presidente em exercício** diz que irão encaminhar o convite ao Ministro da Justiça. **Conselheiro Celito** que entende tudo o porque a Regina esteja aqui, entende a militância dela. Tem o direito de pressionar no sentido positivo, não é no sentido de achar que ela está nos desprezando. É pelo carinho que a gente tem por ela e foi alguém que construiu durante esses três anos. **Conselheiro Marcos Dias** que o diálogo tem que acontecer. Foi feita a



solicitação de reunião com o Ministro da Justiça e as providências não foram tomadas. Foi feita uma matéria no Fantástico, no dia seguinte as providências foram tomadas. **Presidente em exercício** diz que busca a praticidade. Temos que buscar soluções efetivas. Que o conselho deve produzir um texto da proposta de alteração do Decreto, encaminhar ao Ministro. **Conselheiro Marcos Dias** que às vezes a letra é muito fria e mórbida. Alinhar com os membros da comissão uma estratégia. **Conselheiro Marcos Rezende** que não acredita que tenha uma forma de uma reunião de um conselho como esse, com o Ministro da Justiça que possa ser esvaziada. Tem uma qualidade técnica, política, institucional desse conselho que é irrefutável. Que na próxima reunião se o Ministro só possa se reunir em Brasília, que a reunião seja lá, na data que ele achar mais apropriado. **Conselheiro Celito** que era só a sugestão porque se houver a visita do Ministro ao conselho, onde ele colocaria, dispensaria a audiência como Ministro. Ele viria então não precisaríamos estar preocupados em marcar outra audiência. O comparecimento dele ao CONASP dispensaria essa outra audiência. **Presidente em exercício** pergunta aos conselheiros que concordam com o convite ao Ministro? Aprovado. Que então será feito o encaminhamento ao Ministro. **Conselheiros Tião e Eliana** conversaram sobre a próxima reunião de junho que está agendada para ser no Rio de Janeiro, tem algumas perguntas a fazer para poder montar a agenda no Rio. Primeira questão: lugar onde estava pensando em fazer a reunião, na Maré. Em função dos últimos acontecimentos talvez isso não seja possível, propõe fazer no Viva Rio ou na FIRJAN. Outra questão: vai haver no dia anterior a reunião do CONASP a reunião das Câmaras Técnicas, propor fazer uma audiência pública no final do primeiro dia do encontro sobre a questão do conselho estadual de segurança pública no Rio? Propor algumas visitas: Batalhão de Polícia da Maré e não é área pacificada. Fazer uma visita a uma área pacificada e não pacificada. Construir uma agenda e enviar para analisar. **Presidente em exercício** informa que antes de abrir para informes. Discussão para aqui ou que enviasse por e-mail. **Conselheiro Marcos Rezende** que fazer reunião no Viva Rio. Existe um debate a ser estabelecido nos rumos da Segurança Pública no Brasil. A Segurança Pública brasileira é patrimonialista. Uma reunião na FIRJAN é um desrespeito imenso a qualquer homem e mulher negro. **Conselheiro Sebastião** que no caso da FIRJAN, é porque ela tem sido parceira de vários movimentos sociais. No caso do Rio de Janeiro, além dessa discussão ideológica, a sociedade civil do Rio tem uma parceira com a FIRJAN, mas seria uma opção. O nosso desejo é oferecer no Rio de Janeiro, aos conselheiros e ao CONASP as melhores condições possíveis nessa reunião. A gente abriu mão dessa possibilidade porque não temos a garantia de que no dia marcado vamos poder entrar na comunidade por conta dos confrontos. Em função disso sugerimos o Viva Rio. **Conselheiro Marcos Dias** que vocês serão os nossos anfitriões, essas preocupações cabe a vocês. Apelo: independente do local onde vai acontecer à reunião seria muito importante um contato nosso com as comunidades da baixada fluminense. Conselheiro Sebastião que a sugestão é após a câmara temática, fazer a audiência pública. **Presidente em exercício** solicita que encaminhamento sejam feitos por e-mails. **Conselheira Eliana** que vamos fazer uma proposta do Viva Rio e outros lugares. Já vamos tirar a FIRJAN, devido à posição do Conselheiro Marcos Rezende. **Presidente em exercício** reabre a palavra para informes e



CONSELHO NACIONAL
DE SEGURANÇA PÚBLICA

encaminhamentos. **Conselheiro Márcio** que não tinha levado em consideração à parte de hoje do genocídio da juventude negra vai ficar para a próxima reunião. O encaminhamento da Plenária era pautar segurança pública e homofobia no Brasil. Diante do atropelo acho que vai ficar para a próxima reunião. Agradecer a presença do Felipe que é ativista da LGBT local. **Conselheiro Heder** pergunta sobre a pena restritiva de liberdade e prisão de Tocantins vai ficar para quando? Solicita para trabalhar na próxima reunião. **O Presidente em exercício** informa que vai tentar inserir na próxima pauta. **Conselheiro Heder** convidar a todos no dia 27, 28 e 29 em Porto Alegre/RS, promovendo o encontro nacional de entidades de praça, para discutir temas como: valorização do profissional dentro dos direitos humanos, Rosa Maria Gross; discutir o modelo de polícia que queremos; painel: encaminhar propostas deste encontro de uma tese que refere à segurança pública. Todos os conselheiros convidados. Não sei se é possível deliberar. Para que o conselho represente o CONASP é necessário que tenha a aprovação. Solicita se autoriza a sua representação do CONASP no encontro. Aprovado por unanimidade. **Conselheiro Almir** solicita a Secretaria Executiva do CONASP que seja encaminhada Ofícios reconhecendo a importância da Secretaria de Segurança da Paraíba que deu total apoio ao evento e a importância do Secretário de Segurança Pública que deu total apoio, buscou toda a estrutura para que pudessem estar aqui. Agradece a presença da equipe da Secretaria de Segurança: Roberta, Marlon, Josenália, Simone, Morgiana da gerente executiva Daniella Vicuuna. Está muito feliz de ver todos compartilhando tudo aqui na nossa cidade. Agradecer aos companheiros da Rede Desarma Brasil. Agradece a Cleber, a Dra. Valdira e a sua esposa Marise. **Conselheira Eliana** que vai haver ou não o dia anterior à reunião extraordinária para a reunião das câmaras técnicas. **Presidente em exercício** que é necessário discutir a pauta que vamos ter, a dificuldade de inclusão das pautas. **Conselheiro Marcos Rezende** que tem preocupação de um debate estabelecido se iriam fazer câmaras técnicas. Ouvi na época q alguns conselheiros disseram que o conselho decide sobre ações que são referentes a ele. Isso demonstra mais uma vez do porque é necessário ter essa conversa. Não estamos falando de um Ministério como a SEPPIR, que tem um orçamento anual de 22 milhões. Se tem que discutir a política do ministério. Que mesmo tendo cortes, o que representa um dia a mais de diária, o quanto se investiu em militarização ou investimento para a melhoria das ações. Precisamos fazer uma reflexão sobre pequenos detalhes e definir de fato qual é a nossa agenda anual com relação às reuniões do CONASP. **O Presidente em exercício** diz que a reunião de hoje cumpriu seus objetivos. Ficamos muito agradecidos ao acolhimento que tivemos agradecidos aqui na Paraíba. As pessoas dos conselheiros Almir e Agadeilton, voluntariamente, sem receber nada por isso, para que tivéssemos toda essa estrutura. Agradecer ao Secretário Cláudio Lima que se colocou a nossa disposição em todo momento, abrindo as portas da secretaria para os outros conselheiros, servindo de paradigma. Ao Cel. Euller, a Polícia Civil q forneceu os equipamentos, as televisões, os computadores, a Dra. Daniella Vicuuna que é Gerente Executiva da Polícia Civil Metropolitana, e em que pese participou de todos os eventos. Participação de José Felipe membro do LGBT SENASP, das pessoas que vieram nos visitar do rio grande do norte Kleber Pinheiro Costa, André Caraúba, Maceió, Maristela, da rede desarma Brasil, Duda quadros, já



fizemos alguns encaminhamentos e abrimos algumas portas. Verônica Lins que sempre nos ajuda. Da Secretaria de Segurança Pública, de uma forma especial e carinhosa, Josenália, Maria Roberta, Simone, Valdira da Câmara do Ministério Público. Agradecer a todos os conselheiros e conselheiras pela paciência e compreensão que tiveram. O conselho está caminhando passo a passo. **Conselheiro Tião** diz que tem moção a ser apresentada. **A Secretaria Executiva** Informa sobre a migração para um site novo. Leitura da Moção. **Conselheiro Almir** que gostaria de ter assessoria para concluir o texto. Agradecimento a todos do CONASP. **Conselheiro Márcio** que seja retirada da frase: depois de ouvir a manifestação do senhor Antônio Rangel. **Conselheiro Sá Ribas** que imparcialidade que utilizamos. Modelo padrão para elaboração de moções. Sugere preservar o caráter de imparcialidade do modelo de Moção do CONASP. **Conselheiro Tião** que o conselho já aprovou dezenas de Moções solicitando investimentos em várias áreas de segurança pública. Não há novidade em solicitar ao Ministro da Justiça que haja mais empenho e investimento do ministério para que a campanha tenha seu êxito. **Conselheiro Almir** que concorda com o Conselheiro Sá Ribas. Caráter permanente que está sugerindo como política de prevenção de estado possa ser preservado. **Conselheiro Celito** que a introdução foi ele quem criou, não sabe se existe outro modelo, era o que tinha no momento. **Conselheiro Sá Ribas** recebe isso como um elogio. Que o Conselheiro Celito fez uma exposição com muita competência a ponto de gerar convencimento a todos os companheiros que aqui estão. É só um caráter de imparcialidade que procuramos seguir aqui. **Conselheiro Everardo** que no processo de construção do conselho determinados preconceitos fossem caindo, um deles entender q a campanha do desarmamento é um fator importante. A intenção do Conselheiro Gandra foi muito boa que questionou a questão dos recursos. Sugere que estamos suficientemente esclarecidos que essa campanha é extremamente necessária. A moção seria desnecessária. Nós já somos membros da campanha nacional de desarmamento no Brasil. **Presidente em exercício** solicita como encaminhamento, sentido que a moção seja retirada. **Conselheiro Tião** diz que Vai manter a Moção, documento formal oficial do conselho. Para que não haja dúvidas de que a campanha do desarmamento é essencial para o nosso país. **Conselheiro Marcos Rezende** que fazer uma homenagem ao Almir Laureano e ao Everardo. Porque passaram um ano discutindo com ele sobre o desarmamento. Um dos anos que mais se recolheu armas, foi um dos anos que mais houve homicídios de jovens negros no Brasil, em 2004. Fizemos debate por meses sobre isso. Fazer uma justa homenagem a Almir por tudo que ele lutou no cotidiano, no aeroporto, nesses encontros, para que a gente entrasse na campanha do desarmamento. **Conselheiro Elder** que quer manter a moção. Ano de 2004 bastante letal para a juventude negra, porém houve um menor índice de homicídios da população. Acredita que o conselho tem que se posicionar realmente, que tenha consequências para fora. **Conselheiro Marcos Rezende** que acredita na desmilitarização da polícia. Posicionamento político institucional. Toda a vida em importante independente de cor, raça, credo. **Conselheiro Celito** que retirando a citação do Rangel, personalizada e de financeiro, mas acha importante um representante do CONASP na comissão. **Presidente em exercício** consulta sobre sugestões de retirada de texto. **Conselheiro Elder** que reitera o total apoio à campanha. Conselheiro Sá Ribas sugere com vistas a assegurar



adequada mobilização nacional e publicidade. **O Presidente em exercício** encaminha o texto da moção para votação. Faz modificações. Moção aprovada, será encaminhada. Chegando ao final da 10^a reunião, o conselho chega com satisfação com o enfrentamento das propostas. A Secretaria Executiva lê a lista dos que participaram como observadores. Assim, o Presidente declara encerrada às 18h50min e desfeita a mesa, a 10^a Reunião Ordinária do Conasp por seu Presidente interino Agnaldo Augusto.